

Não pretendo discutir a estranheza com a suposta “clareza” – para usar linguagem do ministro do ambiente – com que ocorreu a entrega de uma licença com direitos exclusivos de mineração de lítio, na zona de Montalegre, a uma empresa constituída três dias antes da decisão e que não tem nenhum histórico de atividade ou *know-how* na mineração e produção de lítio. Independentemente dos considerandos que o ministro do ambiente possa fazer em termos de linguagem, a verdade é que “sim”, a entrega da licença “cheira” e “cheira” muito mesmo “a esturro”. Como é possível que um negócio tão sensível esteja centrado numa empresa que: (i) Ainda não tem atividade e já está envolvida em processos nos tribunais por litígios entre os sócios! (ii) No projeto que submeteu ao governo se comprometeu a apresentação um capital social de um milhão de euros, mas que afinal são só 50 mil euros! (iii) Apresenta como "consultor" financeiro um ex-governante socialista! (iv) Nasceu com a morada de uma junta de freguesia controlada pelo PS!

É dado como certo que o lítio é uma matéria-prima fundamental para diversas tecnologias futuras, particularmente para armazenamento de energia. Em abono da verdade, trata-se de um ponto muito discutível, pois há quem considere que dentro de uma década ou menos, será uma tecnologia obsoleta, uma vez que já há outras alternativas em estudo e testes. Por exemplo, o grafeno para os telemóveis, o hidrogénio e combustíveis sintéticos para os automóveis elétricos. Que fique claro, a “corrida” ao lítio – a ter motivações defensáveis – só pode dever-se à previsão de aumento de produção de baterias para os carros elétricos. Em termos de comparação, um smartphone Samsung Galaxy J5 gasta cerca de um grama de lítio, enquanto uma bateria de um Tesla 70 kWh necessita de 12 Kg de lítio. Ou seja, as ordens de grandeza não são comparáveis. Por outro lado, a construção atual de baterias, por exemplo, dos smartphones utiliza outros metais (ex. o cobalto), conhecido pela extração em África à custa de trabalho infantil em condições desumanas. Seja onde for, a exploração de metais nunca teve nada de “verde” e a exploração de lítio para construção de baterias em Portugal não terá também nada de “verde”. Ficará apenas o “cinzento” e o “preto” no pobre interior, e fica desde já o “cinzento” e o “preto” que envolvem o interesse tão voraz pelo negócio.

Aparentemente, foi no contexto atual de crescente dinamismo da procura de lítio que o governo Português patrocinou a constituição do grupo de trabalho, sob despacho do secretário de Estado da energia nº 15040/2016, publicado no Diário da República, série 2, de 13 de dezembro de 2016, de modo a identificar e caracterizar o lítio em Portugal, bem como as respetivas atividades económicas e a possibilidade de produção de lítio metálico em unidades específicas de processamento e beneficiamento. Neste processo estranho, duas perguntas simples emergem, desde logo, na cabeça de qualquer português: (i) Que critérios foram usados pelo governo para a constituição do grupo de trabalho? (ii) Qual será o verdadeiro interesse do negócio?

Para além do já exposto, as duas perguntas decorrem também do seguinte facto. Ao que consta, nove dos onze locais identificados como áreas de lítio são áreas classificadas com grande valor comunitário – creio que oito são áreas da Rede Natura 2000 e uma é uma área protegida, um parque natural. Creio ainda poder afirmar que, no caso de Montalegre, por exemplo, a exploração mineira com contrato celebrado vai afetar áreas que são património agrícola mundial, reserva da biosfera, e que a maior parte do concelho integra a Rede Natura 2000! É importante destacar que o relatório sobre o lítio, produzido pelo grupo de

trabalho, dá pouca atenção a essa grande restrição e não considera, em termos de análise financeira, a importância de preservar os valores naturais, o que, no mínimo, sugere uma depreciação da importância desse recurso. No fundo, parece que só é importante preservar os valores naturais quando há interesse político! Ou quando, também por motivações políticas, estão as câmaras da TV por trás! Recordo, a título de exemplo, que o valor comunitário do local – ou terá sido o interesse político do momento! – impediu a construção de uma barragem em Vila Nova de Foz Côa.

É também de salientar, para compreender a estranheza disto tudo, que os recursos de lítio existentes em Portugal são irrelevantes na esfera mundial, pois correspondem a menos de 1% (total mundial: 54,175 milhões de ton; Total Portugal: 130.000 ton, dados USGS de 2019), havendo, quando muito, uma enorme especulação de preço à volta do lítio. Na verdade, não há escassez atual de lítio. Aliás, o preço tem vindo a descer no último ano, ainda mais com a notícia anunciada pela China que pode produzir lítio a 1/9 do custo atual. Os custos de exploração do lítio das nossas serras, extração e separação da rocha encaixante onde existe são cerca de 5 vezes superiores ao do lítio que existe nas salmouras da América do Sul. Tudo isto contribui, pois, para o “cheira a esturro” do negócio. Quais serão então efectivamente as verdadeiras motivações do negócio?

O relatório do grupo de trabalho também faz referência à necessidade de garantir uma economia social e a exploração ambientalmente sustentável dos recursos geológicos. Mas depois, enfim, todas as recomendações e propostas focam apenas a sustentabilidade económica direta do projeto. Esperava-se uma análise financeira verdadeiramente independente dos custos associados à minimização dos impactos, não apenas em termos de restauração ecológica em superfície, mas fundamentalmente no que diz respeito às águas e lamas contaminadas, bem como subprodutos sem potencial de reutilização. Também se esperava encontrar uma análise da pegada ecológica, incluindo as emissões de gases de efeito estufa associadas ao processo de transformação, cujo custo pode representar 1/5 dos custos operacionais da produção de concentrados de lítio.

Devido aos custos de exploração, o relatório faz referência à importância da reciclagem de produtos em fim de vida, nomeadamente baterias de iões de lítio, implementando um sistema de economia circular. Mas esse processo de reciclagem é complexo e caro, o que significa que a recuperação de baterias em fim de vida útil é economicamente inviável por si mesmo. Atualmente apenas uma pequena percentagem de baterias pode ser reciclada e apenas um país executa a reciclagem: a China e fazendo-o com meios incomparavelmente superiores aos nossos, mas reciclando somente cerca de 10% das baterias em fim de vida. Só para ter uma ideia das dificuldades associadas à reciclagem, a Tesla, por exemplo, está ainda a estudar a reciclagem das suas baterias. Será que se deseja que a reciclagem venha a ser mais um novo “negócio” estranho a somar à estranheza do anterior?! A reciclagem das baterias em fim de vida permitirá certamente o recurso a mais fundos comunitários que, assim, serão também “apropriados” pelas pessoas certas.

O relatório do grupo de trabalho sugere ainda o estabelecimento de um recurso geológico destinado a apoiar ações de conhecimento, conservação, proteção e avaliação de bens geológicos. Finalmente, o relatório também considera que seria uma vantagem extrair valor para a população (pobre) local e nacional, sem cometer o mesmo erro dos contratos de hidrocarbonetos, nos quais a compensação financeira ao Estado Português representa apenas 10% dos lucros, considerando que seria também importante estabelecer o mecanismo de responsabilidade social corporativa mais como um incentivo para agir do que como uma obrigação. Se o interesse pelo pobre interior é assim tão relevante e não é

apenas “discurso” para a TV, espanta-me que, no cenário catastrófico de avanço do processo, não se admita que a significativa compensação financeira não seja na totalidade para o município, ou seja, para as marginalizadas populações locais que carregam os custos. O Estado já beneficiaria da receita fiscal e chegaria, ou não!

Em suma, o grupo de trabalho, cuja independência coloco em causa, concluiu que o mineral de lítio de Portugal é económica e tecnologicamente recuperável. Porém, esqueceu (como sempre acontece com o interior) a região e os que lá vivem e deu pouca atenção às restrições ambientais, algo que não deve acontecer se se quiser criar uma estratégia de longo prazo, capaz de contabilizar todos os custos associados. Cada estágio do ciclo de vida de um mineral acarreta riscos ao meio ambiente e à população. A contabilização dessas externalidades pode dobrar ou triplicar o preço da exploração, potencializando a reciclagem e os segundos usos. Além disso, os verdadeiros impactos negativos são muito maiores que os números sugerem, não apenas porque alguns impactos não foram levados em consideração, mas também porque alguns deles, apesar de identificados, dependem do clima instável ou ainda não estão traduzidos em números. Contabilizar esses impactos tornaria certamente as fontes de energia renováveis, juntamente com investimentos em métodos de eficiência e armazenamento, economicamente competitivas em relação aos combustíveis fósseis. Em particular, é importante de uma vez por todas entender como os impactos da extração e processamento afetarão o ambiente e saúde humana na região, uma vez que é aí que tudo terá lugar.

O crescente uso e preferência por veículos elétricos terá, sem dúvida, fortes impactos económicos imediatos, especialmente no caso de lítio e outros metais necessários para a construção de baterias. No entanto, essa tendência aparentemente altruísta e genuína tem muitos efeitos perversos, colocando muita pressão nesse recurso escasso e na sua capacidade de responder à procura. O futuro da extração e processamento de lítio teria de garantir boas empresas, responsabilidade social e ambiental, incluindo recuperação e restituição ambiental de área explorada para ser usufruída pela sociedade, em conformidade com a legislação em vigor. Em Portugal, no entanto, tal desiderato lança muitas dúvidas e incertezas se tivermos em conta o passivo ambiental que resultou da atividade extrativa anterior, revelando-se o Estado sempre incapaz de o evitar. E não foi (apenas) a legislação que falhou...!

Há ainda quem diga que seria importante não concentrar a grande quantidade de impactos negativos de extração e processamento em apenas alguns locais. Se Portugal fosse um país que possuísse desertos como o de Atacama (Chile) ou o deserto de Vitória (Austrália) poderíamos, aí sim, escolher. Por tudo o já referido, mas também porque se trata de um país pequeno, com um território bastante humanizado, e um povoamento na maior parte dos casos disperso, não é ambiental e socialmente, na minha opinião, defensável (e sustentável) a exploração mineira “a céu aberto”. A única opção certa é, naturalmente, não haver! No caso português, a pouca fé no governo reforça essa opção.

Neste negócio estranho, certamente motivados por fundos europeus, que serve uma elite e prejudica tantos, há ainda razões de sobra para acreditarmos que a legislação tem vindo a ser “preparada/cozinhada” por forma a favorecer todo o processo. Se assim não fosse, a legislação deveria, no mínimo, ser alvo de uma análise muito séria e independente.

<https://www.dinheirovivo.pt/opiniao/litio-a-historia-de-um-negocio-estranho/>